

# Saepar Serviços e Participações S.A.

CNPJ 03.979.930/0001-27



## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. A Companhia apresentou lucro de R\$184,5 milhões em 2018, frente a um lucro de R\$233,3 milhões em 2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. A DIRETORIA.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>118.294</b>	<b>71.496</b>
Disponível	5	107	247
Caixa e bancos	-	107	247
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>6</b>	<b>47.118</b>	<b>18.718</b>
Aplicações financeiras	-	47.118	18.718
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>7</b>	<b>71.069</b>	<b>52.531</b>
Títulos e créditos a receber	-	3.596	4.203
Dividendos a receber	-	58.698	45.760
Créditos tributários e previdenciários	8.1	8.752	2.391
Outros créditos a receber	-	23	177
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.417.282</b>	<b>1.265.599</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>12.591</b>	<b>10.852</b>
Títulos e créditos a receber	7	12.591	10.852
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.718	1.316
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	9.873	9.536
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>1.404.411</b>	<b>1.254.039</b>
Participações societárias	9	1.372.859	1.238.822
Ágio	9	30.862	14.509
Outros investimentos	-	92	92
Propriedade para investimento	-	598	616
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>467</b>
<b>Intangível</b>	<b>-</b>	<b>154</b>	<b>241</b>
Software	-	1.759	1.759
Amortização acumulada	-	(1.605)	(1.518)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.535.576</b>	<b>1.337.095</b>

	Notas	2018	2017
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>		<b>70.342</b>	<b>50.143</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>70.342</b>	<b>50.143</b>
Obrigações a pagar	10.1	45.259	39.498
Participações de funcionários e encargos sociais	-	224	-
Impostos e contribuições	10.2	24.052	8.401
Outras contas a pagar	-	807	2.244
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>-</b>	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
Obrigações a pagar	10.1	8.656	8.178
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.456.578</b>	<b>1.278.774</b>
Capital social	13	776.390	726.387
Reservas de capital	-	(21.699)	(21.699)
Reservas de lucros	-	693.605	566.869
Ajustes de avaliação patrimonial	-	8.282	7.217
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.535.576</b>	<b>1.337.095</b>

### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Receita líquida</b>	14.1	<b>34.478</b>	<b>36.309</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>9</b>	<b>185.515</b>	<b>219.186</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>-</b>	<b>(10.632)</b>	<b>(10.912)</b>
Despesas operacionais	-	(293)	(171)
Despesas administrativas	14.2	(6.149)	(7.186)
Despesas com tributos	-	(6.776)	(5.186)
Receitas financeiras	14.3.1	3.386	2.187
Despesas financeiras	14.3.2	(875)	(649)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	-	(2)	(8)
Outras	-	77	101
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>-</b>	<b>209.361</b>	<b>244.583</b>
Imposto de renda	15	(18.111)	(8.218)
Contribuição social	15	(6.783)	(3.070)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>184.467</b>	<b>233.295</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>2.925</b>	<b>2.842</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>63,07</b>	<b>82,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>1.701.704</b>	<b>(25.588)</b>	<b>146.922</b>	<b>1.630.358</b>	<b>1.777.280</b>	<b>(1.009.261)</b>	<b>(6.457)</b>	<b>-</b>	<b>2.437.678</b>
Transações de capital	-	3.889	-	-	-	-	(5.318)	-	(1.429)
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 28/04/2017	146.921	-	(146.921)	-	(146.921)	-	-	-	-
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme ata do dia 18/04/2017	59.619	-	-	-	-	-	-	-	59.619
Redução de Capital cfe AGE de 23/08/2017	(1.181.857)	-	-	-	-	-	-	-	(1.181.857)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(1.009.261)	(1.009.261)	1.009.261	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	18.992	-	18.992
Reflexo de dividendos prescritos de investidas	-	-	-	-	-	-	-	106	106
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	-	-	-	(11.577)	(11.577)	-	-	-	(11.577)
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	-	-	-	(231.053)	(231.053)	-	-	-	(231.053)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 18/12/2017, sendo R\$15.833,92 (em reais) por ação	-	-	-	(45.000)	(45.000)	-	-	-	(45.000)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>233.295</b>	<b>233.295</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Reserva legal	-	-	11.670	-	11.670	-	-	(11.670)	-
Reserva estatutária	-	-	-	166.298	166.298	-	-	(166.298)	-
Dividendos intermediários conforme ata do dia 08/05/2017, sendo R\$4.073,65 (em reais) por ação	-	-	-	11.577	11.577	-	-	(11.577)	-
Dividendos intermediários conforme ata do dia 21/08/2017, sendo R\$81.299,11 (em reais) por ação	-	-	-	43.856	43.856	-	-	(43.856)	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>726.387</b>	<b>(21.699)</b>	<b>11.671</b>	<b>555.198</b>	<b>566.869</b>	<b>-</b>	<b>7.217</b>	<b>-</b>	<b>1.278.774</b>
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 27/04/2018	11.670	-	(11.670)	-	(11.670)	-	-	-	-
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme AGOE do dia 27/04/2018	38.250	-	-	-	-	-	-	-	38.250
Aumento de capital com dinheiro conforme AGOE do dia 27/04/2018	83	-	-	-	-	-	-	-	83
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	1.065	-	1.065
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>184.467</b>	<b>184.467</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Reserva legal	-	-	9.223	-	9.223	-	-	(9.223)	-
Reserva estatutária	-	-	-	129.183	129.183	-	-	(129.183)	-
Dividendos obrigatórios - R\$10.619,15 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	-	(31.061)	(31.061)
Juros sobre o capital próprio a pagar conforme ata do dia 30/04/2018, sendo R\$5.128,21 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>776.390</b>	<b>(21.699)</b>	<b>9.224</b>	<b>684.381</b>	<b>693.605</b>	<b>-</b>	<b>8.282</b>	<b>-</b>	<b>1.456.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional: A SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA, controladora da Companhia, tem como principal acionista a Sulapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36, destacando-se que sua controladora Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2019. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "custo amortizado" são classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.3. Investimentos - participações societárias: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.4. Redução ao valor recuperável: 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados. 3.4.2. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no

mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de 5 anos, conclui-se a partir deste estudo que esses créditos tributários serão consumido em até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.7. Provisões para ações judiciais: A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. 3.7.1. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.8. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.9. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras, ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. 3.10. Normas emitidas e revisadas: 3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 - Receita de contratos de clientes - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações - Em vigor a partir de 01/01/2018; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 - 2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 - Em vigor a partir de 01/01/2018; e • ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiamento - Em vigor a partir de 01/01/2018. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: Uma série de novas normas estará efetiva

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>209.361</b>	<b>244.583</b>
<b>Mais</b>		
Depreciações e amortizações	447	625
Juros e variações monetárias de provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	317	502
Outros	-	10
<b>Menos</b>		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(185.515)	(219.186)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(316)	(505)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(54)	(154)
Outros	-	(8)
<b>Atividades operacionais</b>	<b>(28.710)</b>	<b>(6.989)</b>
Variação de aplicações financeiras	(28.710)	(6.989)
Variação de títulos e créditos a receber e outros ativos	3.391	22.419
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	35.286	16.584
Variação de contas a pagar e outros débitos	(6.028)	(11.121)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.235)	(6.623)
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre o capital próprio	-	(8.075)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>21.944</b>	<b>32.062</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Compra e venda de participações societárias:</b>		
Compra	(21.938)	-
<b>Aumento de capital em controladas</b>	<b>(146)</b>	<b>(111)</b>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(22.084)</b>	<b>(111)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(31.858)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(31.858)</b>
<b>Aumento/(Redução) no caixa</b>	<b>(140)</b>	<b>93</b>
<b>Caixa no início do exercício</b>	<b>247</b>	<b>154</b>
<b>Caixa no fim do exercício</b>	<b>107</b>	<b>247</b>
<b>Aumento/(Redução) no caixa</b>	<b>(140)</b>	<b>93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>184.467</b>	<b>233.295</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido		(472)	(449)
Efeitos fiscais		160	152
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda		(6)	3
Efeitos			